

## ESCOLA SOCIAL DO VAREJO E DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS: UM EMBATE DE PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO PARANAENSE

Nilo Silva Pereira Netto, PPGTE/GETET/UTFPR  
Domingos Leite Lima Filho, PPGTE/GETET/UTFPR

### 1. INTRODUÇÃO

O presente texto<sup>1</sup> apresenta como objeto de reflexão o movimento recente da formação profissional e tecnológica no estado do Paraná, trazendo para o centro da análise as concepções postas nos documentos oficiais *versus* a perspectiva de formação apresentada pela Escola Social do Varejo, convênio consagrado no ano passado pela Secretaria de Estado da Educação e o Instituto Walmart, braço de responsabilidade social da sucursal – brasileira e latinoamericana – da estadunidense do ramo dos hipermercados Walmart.

A análise do embate dessas proposituras revela um conflito mais profundo, manifestado nos antagônicos interesses entre capital e trabalho no âmbito educacional, notadamente no Ensino Médio. Esse nível de ensino vem apresentando um cenário de intensas – ora abertas, ora dissimuladas – disputas de concepções sobre o trabalho, a educação e a formação profissional.

Parece-nos que o contexto histórico de estabelecimento da política econômica e social de corte neoliberal em âmbito mundial que intensificou o desequilíbrio na correlação de forças sociais em favor do capital (LIMA FILHO, 2004), vem se refletindo mediatamente no âmbito da formação humana, restando ao trabalho uma situação amplamente desfavorável em sua relação de classe beligerante no campo educacional.

A defesa da formação tecnológica e profissional multifacetada e de maneira geral, a reivindicação de uma escola pública qualitativa e que socialize o conhecimento científico à classe trabalhadora é o que justifica a presente pesquisa, no sentido de composição no campo do trabalho contra as pedagogias do capital (DUARTE, 2012).

Em linhas gerais, o convênio assinado pelo Governo do Estado do Paraná com o referido braço social de uma das maiores corporações do mundo, visa fornecer à empresa material humano para ser consumido enquanto força de trabalho em suas lojas e *supercenters*. Formação aligeirada, precária e quase que gratuita à corporação, que constitui uma força de trabalho pouco qualificada, subvalorizada e superexplorada.

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta uma sistematização marcadamente inicial de uma pesquisa de doutorado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

## 2. WALMARTISMO E TRABALHO

No contexto da mundialização do capital<sup>2</sup> visualizou-se no Brasil a chegada de grandes corporações transnacionais. A literatura crítica revela que essas corporações buscam nos países periféricos as melhores disponibilidades em termos de matérias-primas, força de trabalho barata e desorganizada, além de concessões fiscais e creditícias (COSTA, 2008).

Vimos pesquisando nos últimos períodos as transformações laborais para as operadoras de *checkout*<sup>3</sup> a partir do movimento das grandes corporações transnacionais do ramo varejista aos países em desenvolvimento. Aludimos tais transformações como a ‘walmartização’ do trabalho das operadoras de *checkout*<sup>4</sup>, dada a tendência de imposição do perfil corporativo Walmart enquanto uma referência mundial de organização empresarial, do trabalho e em gestão de recursos humanos.

O termo walmartização tem se relacionado ao processo de referenciamento da organização do trabalho no setor de serviços e comércio com base na gestão supostamente triunfal da empresa Walmart. Mesmo considerando toda a heterogeneidade do ramo e o desenvolvimento desigual e combinado característico da sociabilidade capitalista, nossa pesquisa anterior apontou elementos importantes para a reflexão em relação à constituição da walmartização do trabalho<sup>5</sup>.

Mais recentemente, Pietro Basso (2012) contribuiu significativamente quando adotou o neologismo ‘walmartismo’ articulando a terminologia aos modelos taylorista e toyotista. Segundo o autor, o walmartismo cria um modelo inovador de compreensão do trabalho e se

---

<sup>2</sup> Lima Filho (2004) descreve essa fase enquanto o prolongamento da etapa imperialista, e não como um capitalismo de novo tipo como afirmam alguns entusiastas da chamada globalização. Para o autor, nessa fase estão mantidas e exacerbadas as características sistêmicas descritas por Lênin.

<sup>3</sup> Operadoras de *checkout* são trabalhadoras que atuam, em princípio, junto às máquinas registradoras da saída de mercadorias em super e hipermercados. No Brasil, são comumente aludidas como “caixas” de supermercado.

<sup>4</sup> PEREIRA NETTO, Nilo Silva. STANCKI SILVA, Nanci. Mundialização do capital e divisão sexual do trabalho: a walmartização das operadoras de checkout. *Em Debate* (UFSC. Online), v. n6, p. 194-213, 2011.

<sup>5</sup> Referimo-nos ao estudo apresentado na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), linha de Tecnologia e Trabalho, intitulada “Mundialização do capital: a divisão sócio-sexual do trabalho das operadoras de *checkout*”. Essa pesquisa foi orientada pela professora Dra. Nanci Stancki da Luz e teve como contribuições na banca avaliadora da professora Dra. Claudia Maria França Mazzei Nogueira e dos professores Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes e Dr. Domingos Leite Lima Filho. Dissertação defendida em setembro 2010, disponível integralmente no sítio do referido programa de pós-graduação.

apropria de elementos do binômio taylorismo-toyotismo, ultrapassando ambos num aspecto crucial, a baixíssima remuneração de sua força laboral. Vejamos nas palavras do autor.

O “walmartismo”, com o perdão pelo neologismo, segue os modelos do taylorismo e do toyotismo, porém ultrapassa ambos no que diz respeito a um aspecto crucial: a baixíssima remuneração do trabalho. Do taylorismo, a Walmart se apropriou da incessante busca por uma produtividade sempre crescente, obtida tanto por meio de investimentos tecnológicos quanto pela divisão extrema das tarefas, com resultados, ao que parece, excepcionais, se é verdade que até mesmo 4% do incremento total da produtividade dos Estados Unidos são atribuídos a essa única empresa. Do toyotismo, ela recebeu, por sua vez, o princípio do *just-in-time*, que aplica tanto internamente quanto em sua enorme cadeia de fornecedores, além da obsessão especial pelo “desperdício zero” de trabalho. Ainda com o toyotismo, aprendeu as práticas precisas voltadas à “empresarialização” dos trabalhadores, generosamente promovidos a associados dos senhores Walton, seus “colaboradores” (uma generosidade lexical que não custa nada); práxis que dá certa simplificação e “informalismo” à hierarquia empresarial, o que ajuda a transmitir aos empregados o espírito de grupo, os cantos e rituais walmartianos e, obviamente, a ideia de que a hora extra obrigatória não paga é uma expressão de fidelidade à empresa.

Ao contrário do taylorismo e do fordismo, a Walmart toma bastante cuidado em não adotar salários superiores aos da concorrência: essa corporação - que tem um volume de negócios oito vezes maior que o da Microsoft e quatro vezes maior que o da sua concorrente mais forte no setor, o Carrefour - assegurava em média, em 2003, aos seus 1,2 milhão de funcionários, um pagamento de 7,5 a 8,5 dólares a hora, 20 a 25% menos que os outros hipermercados e não muito acima do salário mínimo. Em oposição ao toyotismo, preocupa-se em não recuperar a ideia do “trabalho vitalício”, ainda que seja só para uma minoria de seus funcionários, e tem tido bons resultados, pois, ao que parece, apresenta um elevado *turnover*, superior a até mesmo 100% ao ano (BASSO, 2012, p. 26).

Nossa pesquisa anterior indicou um quadro amplo do trabalho em geral, assim como apontou elementos concordantes com as palavras de Basso (2012) na caracterização da especificidade do trabalho nesse ramo, marcadamente influenciado pela corporação estadunidense. Vale regatar alguns desses elementos<sup>6</sup>.

Demonstramos na ocasião, e concluímos que tanto o trabalho de forma geral, quanto o trabalho das operadoras de *checkout* sofrem implicações, alterações, transformações e metamorfoses em acordo com o andar do desenvolvimento social capitalista.

Em relação à mundialização do capital, vimos ser essa a face atual do sistema capitalista. Mesmo que no campo teórico se aponte para uma nova sociabilidade sob a insígnia da globalização e do fim do trabalho, nossa análise emplacou em contraponto,

---

<sup>6</sup> As afirmativas a seguir podem ser encontradas no texto dissertativo aludido na nota anterior. Retomamos trechos literais, adicionando algumas das referências as quais recorreremos durante a construção do texto. Ainda assim, as argumentações postas pelos referenciais estão mediadas pelos dados obtidos como resultado da pesquisa de campo, interrelacionando-se frequentemente.

demonstrando que vivemos a mesma organização social fundada na exploração do trabalho, na extração de mais-valia e mais recentemente no reino do capital financeiro, sem a demonstração de uma ruptura essencial com o fundamento primordial da sociedade capitalista (CHESNAIS, 1996; LIMA FILHO, 2004; COSTA, 2008).

Junto a essa reflexão, discutimos o desenvolvimento das forças produtivas, apontando as recentes transformações no mundo do trabalho, que implicam na tendência ao alto grau de incremento tecnológico combinado com a exploração do trabalho em desenvolvimentos pretéritos, negando as teorias que indicam o fim do trabalho como fonte de valor. Nesse contexto analisamos importante tendência no atual mundo do trabalho, que versa sobre o aumento exponencial das taxas de desemprego, precarização do trabalho, perdas progressivas de direitos sociais vinculados ao bem estar social, arrefecimento das lutas sociais de massa, e outras questões que instituem um quadro de correlação de forças amplamente desfavorável à classe trabalhadora em relação ao capital (LIMA FILHO, 2004; ANTUNES, 2005).

Nesse ínterim, a pesquisa permitiu um olhar específico sobre o trabalho feminino, por vezes invisível aos estudos sobre as classes sociais, indicando uma situação paradoxal de emergência dessa força de trabalho (NOGUEIRA, 2004). Nela, uma tendência importante é a que aponta para o crescimento do trabalho feminino, porém, contraditoriamente indica essa participação em postos muito precarizados, com maior intensidade e piores condições salariais em relação à parcela masculina.

Destacamos também a macro forma organizacional capitalista em tempos de mundialização do capital. A tendência principal apontada foi a do movimento da economia no sentido da acumulação e centralização de capitais (MARX, 2003), da formação de monopólios de grandes corporações, assim como o alto capital monetário e a circulação de capital financeiro seriam características marcantes (CHESNAIS, 2005).

Na mesma trilha, o globo passa a ser considerado uma única fonte de exploração para o capital internacional, que além de jogar pesado na valorização de capitais na forma fictícia, alimenta-se constantemente de punções de mais-valia solapadas do chão de fábrica mundializado (CHESNAIS, 1996). Nesse caso, o mundo passa a acompanhar o movimento de robustas corporações dos países centrais, na direção dos países periféricos na busca por força de trabalho – barata, abundante e desorganizada, bem como pela procura de matérias primas, produtores primários, facilidades fiscais e de créditos, além da precarização do trabalho o que tenderia a baixar significativamente os preços das mercadorias<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Fundamento fulcral do modo de produção capitalista na concepção de Marx (2003).

No âmbito dos supermercados esse movimento também pode ser acompanhado no Brasil desde os anos setenta quando as corporações do ramo começaram a chegar ao país. Analisamos mais detidamente o caso emblemático de uma empresa estadunidense instalada no Brasil nos anos noventa. Em crescimento exponencial, essa empresa atualmente está presente em diversos estados brasileiros, faturando no país mais de dez bilhões de reais por ano. O processo de centralização de capital realizado por essa empresa fica bem ilustrado quando nos anos dois mil, adquire mais de uma centena de unidades de uma rede de supermercados que já se configurava na época como uma rede de outras centralizações.

Sobre essa empresa, analisamos um relatório executivo produzido pelo Observatório Social (CUT) e pudemos compreender alguns impactos da mesma em relação aos seus trabalhadores de forma geral. O relatório apontou para alguns descumprimentos dessa empresa a convenções internacionais estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho, como por exemplo, o inadimplemento de acordos coletivos e a realização de práticas antissindicais.

Desse relatório e de breve análise do trabalho no âmbito do comércio em geral, partimos para nossa pesquisa de campo, na qual realizamos observações sistemáticas em diferentes lojas da corporação estadunidense na cidade de Curitiba, assim como realizamos entrevistas com importantes lideranças sindicais do âmbito nacional e local.

A partir de nosso campo de pesquisa, analisamos as diversas implicações para o trabalho das operadoras de *checkout* no contexto da mundialização do capital. As citadas implicações trataram de questões como: as transformações no trabalho a partir da entrada das multinacionais do ramo supermercadista no Brasil, as alterações tecnológicas, a divisão sexual do trabalho, a intensidade dos processos de trabalho, o controle do trabalho, a situação salarial, a organização sindical e outros temas.

Concluimos que os processos de reordenamento do capital em busca da recomposição dos lucros por meio da exploração do trabalho em países periféricos lançou o ramo dos supermercados nessa dinâmica, trazendo as maiores empresas do mundo ao Brasil. A chegada dessas corporações provocou alterações drásticas, tanto para as empresas locais, quanto para os trabalhadores, notadamente para as operadoras de caixas. Por outro lado, essas empresas também forçaram a adaptação de todo o ramo no país ao novo padrão de atendimento, com jornadas de trabalho estendidas e especialmente aos domingos, alterando o trabalho de seus funcionários, tomando da vida desses trabalhadores e trabalhadoras, horas e dias que anteriormente seriam dedicados aos afazeres do mundo de fora do trabalho, num processo claro de subsunção real da vida ao capital (TUMOLO, 2003).

As linhas acima desenharam um diagrama geral e crítico do trabalho sob a tutela da influência estadunidense no ramo dos hipermercados, todavia, o walmartismo ou a walmartização no trabalho não aparece como única tendência impositiva na sociabilidade capitalista, mas também como referência ao campo da formação para o trabalho, notadamente como projeto de “capacitação profissional” voltada a esse tipo de ocupação, imerso na situação descrita acima.

É o que estamos chamando ‘walmartização da educação’ por meio da Escola Social do Varejo, modelo de educação profissional ofertado para a rede pública estadual do Paraná em convênio com o Instituto Walmart e o Instituto Aliança.

### **3. UM EMBATE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARANAENSE?**

A escola pública esta em disputa. O Ensino Médio esta em disputa. A Educação Profissional e Tecnológica esta em disputa. Capital e trabalho são as forças principais atuantes, pautando sua concepção de escola e trabalho no âmbito da sociedade de classes, disputam projetos históricos mediados pela educação das massas.

Assumindo a perspectiva educacional no campo do trabalho que propugna ao papel da escola a socialização dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos em suas formas mais desenvolvidas, contrapõe-se aos projetos educacionais baseados no construtivismo, nas teorias do aprender a aprender e nas pedagogias do capital. Acepções, essas últimas, encarregadas de esvaziar o papel da escola pública de conteúdo, de atacar o papel da natureza do trabalho educativo, de contribuir no processo de amoldamento da classe trabalhadora ao sociometabolismo do capital (DUARTE, 2012).

Gaudêncio Frigotto (2013) traz importante contribuição ao revelar essa disputa no âmbito do Ensino Médio Técnico Profissional. Segundo o autor, avançamos de forma pífia no aumento quantitativo qualitativo em relação aos dos jovens que cursam o ensino médio na idade correta e nesse contexto, as políticas de formação profissional para a grande massa da classe trabalhadora se encontram na lógica da improvisação, da precarização e do adestramento.

Segundo o autor,

um dos contrastes que se reitera historicamente em nossa sociedade é a absurda concentração de renda e propriedade na mão de uma minoria e, como consequência,

uma grande massa de pobres ou miseráveis. Como a escola e os processos formativos não são apêndices da sociedade, mas parte constituída e constituinte dela, a desigualdade social se reflete na desigualdade educacional (FRIGOTTO, 2013).

A burguesia nacional, continua o autor, como classe dominante, desde o Império apresenta um discurso retórico que elege a educação como uma prioridade fundamental, uma espécie de “galinha dos ovos de ouro” para resolver todas as mazelas da sociedade. Esse discurso se materializa atualmente na campanha “todos pela educação”, mas que na realidade legitima propostas educacionais de interesse privado dos grupos industriais, do agronegócio e dos serviços, especialmente bancos e grande imprensa privada. Isso se efetiva pela adoção por prefeituras e estados de institutos privados para gerir os sistemas de ensino no conteúdo e no método e nos valores mercantis (FRIGOTTO, 2013).

O passo mais ousado desse processo foi lançado em 31 de janeiro de 2013 com o nome sugestivo de ‘Conviva Educação’, um virtual “gratuito”, desenvolvido por “investidores sociais” para apoiar a gestão das secretarias municipais de educação de todo o Brasil. Quem são esses protagonistas? Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica Vivo, Fundação Victor Civita, Instituto Gerdau, Instituto Natura, Instituto Razão Social, Itaú BBA e o Movimento Todos pela Educação. A barriga de aluguel para a gestão e a divulgação é a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação, com o apoio do Conselho Nacional de Secretários da Educação (FRIGOTTO, 2013).

Adicionando elementos à discussão de Frigotto, veremos adiante alguns dos dados ilustrativos do Censo do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). O Censo GIFE se configura como uma pesquisa quantitativa, realizada a cada dois anos, que tem como objetivo apresentar o panorama do investimento social privado no Brasil, tendo como base a rede de organizações associadas ao GIFE<sup>8</sup>. Atualmente, são cerca de 140 institutos, fundações e empresas vinculadas. Segundo a Rede GIFE, esse número “constitui uma amostra

---

<sup>8</sup> Segundo o site oficial da Rede GIFE: “a base de associados saltou das 25 organizações que deram origem ao GIFE, em 1995, para 138 em 2013. A Rede GIFE de Investimento Social Privado representa uma mostra qualificada do envolvimento das empresas com a área social, cultural e ambiental. Segundo o último Censo GIFE (2011-2012), os associados investem cerca de R\$ 2,2 bilhões por ano em projetos sociais, culturais e ambientais feitos de forma planejada, monitorada e sistematizada. O montante destinado pelos associados equivale a 20% do que o setor privado nacional destina à área social - cerca de R\$ 5,7 bilhões, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)”. São 125 associados que realizam projetos na área de educação e formação profissional, desses alguns bastante conhecidos estão presentes, como: Rede Globo, Instituto Walmart, Instituto Votorantim, Monsanto, Banco Santander, Microsoft, Instituto Itaú Cultural, Instituto Coca-Cola Brasil, Instituto Ayrton Senna, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Vale, Instituto Natura, Petrobrás e outros.

significativa do investimento social no país, apontando características e tendências da destinação de recursos privados para ações de interesse público”<sup>9</sup>.

Filtrando alguns dos dados apresentados sob a referência do ano de 2011, as áreas de atuação que lideram o investimento nas instituições da Rede GIFE são “Educação” (86%) e “Formação de jovens para o trabalho e/ou para a cidadania” (60%) em uma amostra composta por quase uma centena de entidades. Nesses valores totais, estão expressos os investimentos em projeto de terceiros, próprios e em ambos simultaneamente<sup>10</sup>.

O volume de investimentos também é crescente. Numa amostra bastante próxima da citada anteriormente, entre os anos de 2008 e 2012, os investimentos previstos variaram de quinhentos mil a dois milhões e meio de reais. Para o corrente ano, trinta e oito por cento das organizações entrevistadas pelo censo, trabalham com a previsão de aumento do investimento em quinze por cento ou mais. No caso do Instituto Walmart, o volume de investimentos também não é desprezível, conforme podemos observar no quadro abaixo.

DESPESAS COM PROJETOS	31/12/2012	31/12/2011
Instituto Aliança com o Adolescente	2.326.310	3.756.894
Projeto Escola Social do Varejo		

Fonte: [http://iwm.org.br/arquivos/b/bal/balanco/834\\_DFInsitutoWalmart2012pdf.pdf](http://iwm.org.br/arquivos/b/bal/balanco/834_DFInsitutoWalmart2012pdf.pdf)

Analisemos mais detidamente o caso da Escola Social do Varejo (ESV), “maior programa do Instituto Walmart com foco na causa Juventude e Trabalho”<sup>11</sup>. Recorreremos abaixo a uma longa e importante citação da descrição institucional do programa. Vejamos:

O seu objetivo [da Escola Social do Varejo] é promover a formação profissional de jovens (entre 17 e 29 anos) para o mercado de trabalho varejista para atuarem em pequenas, médias ou grandes empresas do ramo [...].

O programa proporciona capacitação para a conquista do primeiro emprego formal no varejo, área que, além de ser porta de entrada no mundo do trabalho, oferece oportunidades de carreira em várias frentes. Deste modo, a iniciativa do Instituto Walmart combina as competências da empresa à necessidade que a economia brasileira, em ritmo de crescimento, vem demonstrando por mão de obra qualificada nos últimos anos.

<sup>9</sup> Disponível em <http://censo.gife.org.br>. Acesso em 13/05/2013.

<sup>10</sup> Dados extraídos em <http://censo.gife.org.br/bloco5.asp>. Acesso em 29/09/2013.

<sup>11</sup> Essas e as demais informações gerais sobre o programa foram retiradas do sítio oficial do Instituto Walmart. Disponível em: <http://www.iwm.org.br/causas/juventude-trabalho/escola-social-varejo>. Acesso em 13/05/2013. Outros dados serão referenciados nos devidos links.



Realizado em cinco Estados (Ceará, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul), a Escola Social do Varejo tem pretensão de ser um modelo de formação profissional para o varejo nacionalmente. Para isso, conta com importantes parceiros locais como organizações não governamentais e Secretarias de Educação Estaduais.

Para o desenvolvimento do programa, o Instituto Walmart conta com a parceria e expertise do Instituto Aliança para o Adolescente, que acumula larga experiência nos desafios da juventude brasileira. Juntamente com o Instituto Walmart, a organização aplica sua metodologia e acompanha todo o processo da formação e da inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O programa oferta “qualificação profissional” aos jovens da rede pública paranaense a exemplo do que já realiza em outros estados como Ceará, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, regiões nas quais a empresa também explora a força de trabalho local. Além da aprendizagem técnica do varejo, afirma o Instituto, trabalha-se no programa com o desenvolvimento humano e social. Segundo Malfatti, Coordenador do Instituto Walmart, responsável pela Escola Social de Varejo em todo o Brasil, a formação diz respeito a “uma capacitação cujas disciplinas trabalham fortemente o relacionamento pessoal, família, legislação, preparação para o mercado de trabalho, entre outros conteúdos importantes para a integração dos jovens na sociedade”<sup>12</sup>.

A análise da referida empresa em ‘carne e osso’ e suas mediações discursivas a exemplo das citações anteriores, permite-nos inferir que a concepção formativa do programa é mais uma expressão das pedagogias do capital, que buscam no adestramento a manutenção das dualidades sociais e educacionais presentes no país da Colônia à contemporaneidade (FRIGOTTO, 2013).

O ideário subjacente à referida perspectiva educacional se apresenta fundamentado nas teorias neoliberais, que imputam a responsabilidade pela empregabilidade do indivíduo à sua ação formativa individual e à sua capacidade de empregar-se. Além disso, a propositura educacional neoliberal referenda os mecanismos mercadológicos de regulação da formação humana, do emprego e da organização da sociedade como um todo.

Exemplifiquemos com duas declarações. A primeira é de Fernanda Richa, secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social, em veículo de informação oficial da Secretaria de Educação: “A iniciativa é um esforço para oferecermos melhores condições a estes estudantes para entrarem no mercado de trabalho, exercerem o protagonismo juvenil, e se inserirem socialmente”. Outra declaração no mesmo espaço público de informação é de

---

<sup>12</sup> Disponível [http://www.paranashop.com.br/colunas/colunas\\_n.php?op=gente&id=32699](http://www.paranashop.com.br/colunas/colunas_n.php?op=gente&id=32699). Acesso em 27/07/2012.

Vinícios Malfatti, supracitado: “A empregabilidade, em experiências anteriores do Programa, atinge 80% dos jovens após quatro meses de participação do curso”<sup>13</sup>.

Neste ponto é que encontramos contextualização a problematização que temos procurado nos debruçar nessa pesquisa, qual seja: haveria no convênio assinado pela Secretaria de Educação com o Instituto Walmart um embate à perspectiva fundante da Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Paraná? Tal embate seria o início de um retrocesso conceitual e político-pedagógico à educação das maiorias no contexto paranaense? Observamos com esse convênio a walmartização da Educação Pública do Estado do Paraná?

A pertinência do desenvolvimento dessa pesquisa justificou-se pela sua relevância ao campo dos estudos do trabalho e tecnologia, notadamente circunscrita no diálogo com o âmbito educacional, que vem buscando nos últimos anos aprofundar a compreensão sobre as recentes metamorfoses do mundo do trabalho e as demandas para formação humana impostas por sua decorrência.

Retornando ao tema, vislumbramos que a assinatura de tal convênio pela Secretaria de Estado de Educação vem de encontro à perspectiva da Educação Profissional apontada pelas Diretrizes Curriculares Estaduais a qual deveria orientar política e pedagogicamente as ações oficiais do Governo Estadual.

Em meados de dois mil e três, com o propósito da retomada da Educação Profissional e a integração com o ensino médio, iniciou-se um caminho de debates em âmbito estadual, com a participação dos professores da rede, atuantes na educação profissional<sup>14</sup>. O resultado das discussões concluiu-se como uma produção coletiva materializada documento das diretrizes estaduais, que teve por objetivo configurar-se como “uma referência conceitual para a consolidação e elaboração de currículos dos cursos técnicos, em benefício do cidadão que vive do seu ofício, ganhando mais autonomia no mundo do trabalho e melhores condições de prosseguir nos estudos” (DCE, 2006, p. 09).

Concepção assumida pelas diretrizes estaduais da Educação Profissional pode ser observada em duas importantes passagens relatadas logo a seguir:

---

<sup>13</sup> Disponível <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3665&tit=Convênio-garante-qualificacao-profissional-a-estudantes>. Acesso em 23/07/2012.

<sup>14</sup> As discussões foram realizadas através de oficinas, seminários, cursos, encontros periódicos, contando com as contribuições de pesquisadores renomados no meio acadêmico. Houve uma articulação maior com instituições de ensino superior, com interlocutores de outras instâncias administrativas, aproximando as próprias relações internas no sistema estadual de ensino, outros órgãos do governo e a comunidade externa (DCE, 2006, p. 09).

O rompimento com a formação restrita para o mercado de trabalho é necessário para que haja um novo ordenamento social, assegurando-se assim uma formação ampla, compreendendo-se as relações sociais subjacentes a todos os fenômenos e a relação entre conhecimentos gerais e específicos, sob os eixos do trabalho, ciência, tecnologia e cultura (DCE, 2006, p. 09).

Assume-se uma concepção que rompe com a dimensão que articula diretamente ao mercado de trabalho e à empregabilidade e laboralidade. Assume-se, também, o compromisso com a formação humana dos alunos, a qual requer a apreensão dos conhecimentos científicos, tecnológicos e histórico-sociais pela via escolarizada (DCE, 2006, p. 20).

A perspectiva oficial, posta no documento diretor da intervenção pedagógica no Estado do Paraná, é formal e claramente calcada na concepção da educação politécnica, que toma o trabalho como princípio educativo e categoria chave. O que, segundo o documento, não significa sucumbir às propostas que articulam escola e produção, pelo contrário, “a finalidade da escola que unifica cultura e trabalho é a formação de homens desenvolvidos multilateralmente, que articulem à sua capacidade produtiva as capacidades de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (KUENZER, 1998, p. 126).

A partir desses elementos tem sido possível aprofundar a problemática surgida no estabelecimento do convênio verificado. Outro apontamento de ruptura que o referido acordo institui diz respeito relação de integração educacional. O documento aponta para um caminho bastante distinto daquele consagrado pela relação da Escola Social do Varejo com a Secretaria de Estado da Educação:

A categoria que assegura a integração entre os diferentes níveis e modalidades é a Educação Básica, formação mínima necessária a todo e qualquer cidadão. Ao respeitar a diversidade, a Educação Básica assegura a organicidade da Educação Nacional, pelo princípio da integração. Por consequência, a Educação Profissional ao ser desenvolvida por ações intencionais e sistematizadas sobre uma sólida base de educação geral, científico-tecnológica e sócio-histórica, por concepção e por norma, é parte integrante e indissociável da Educação Nacional. Decorre deste fato que a organização e a gestão estratégica da Educação Profissional não admitem qualquer forma de paralelismo ou externalidade.

O instituto vem atuando em distintas frentes, buscando ampliar relações com secretarias estaduais e municipais de educação, com organizações não governamentais e mesmo em seus próprios espaços corporativos, para oferecer formação profissional fragmentada, ideológica e aligeirada, atuando na concepção do amoldamento da classe trabalhadora aos desmandos do mercado sob o jugo da mundialização do capital.

Esse processo indica além de uma ruptura no campo de teoria educacional, outra, na ordem da gestão pública organizacional, ao empregar a terceirização e o rompimento com a integração na Educação Básica e Profissional.

É quebrado o citado “compromisso com a cidadania dos trabalhadores por meio da garantia da Educação Básica e Profissional, pública e de qualidade, integrada às políticas de geração de emprego e renda”, assim como a compreensão que enquanto “processo de formação humana, a Educação Profissional se refere ao desenvolvimento da pessoa humana como integralidade, não podendo ficar restrita à dimensão lógico-formal ou às funções ocupacionais do trabalho” (DCE, 2006, p. 35). E nesse sentido, retrocede-se no âmbito estadual ao aprofundamento da dualidade estrutural da educação, conforme observamos na citação de Frigotto abaixo, pertinente ao caso em questão.

Cidadania política significa ter os instrumentos de leitura da realidade social que permitam ao jovem e ao adulto reconhecer seus direitos básicos, sociais e subjetivos e lhes confirmam a capacidade de organização para poder fruí-los. No plano da formação profissional, a cidadania supõe a não separação desta com a educação básica. Trata-se de superar a dualidade estrutural que separa a formação geral da específica, a formação técnica da política, lógica dominante no Brasil, da Colônia aos dias atuais – uma concepção que naturaliza a desigualdade social postulando uma formação geral para os filhos da classe dominante e de adestramento técnico profissional para os filhos da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2013).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A walmartização do trabalho vem se apresentando como tendência de concepção, organização e gestão laboral nos espaços de intervenção social dessa corporação. O campo educacional passa então a ser requisitado pela mesma, a fim de formar força de trabalho de forma acelerada e em massa, para suprir as necessidades mercadológicas urgentes da empresa.

Vimos no exemplo das operadoras de *checkout* e em outras pesquisas que o trabalho walmartizado é recorrentemente precarizado pela relação salarial baixa, altamente intensificado em ritmos e processos, contando com alta rotatividade – *turnover* – e desqualificação formativa<sup>15</sup>.

O contexto objetivo discutido no decorrer deste artigo é o que fornece a base material para a emergência da Escola Social do Varejo – assim como outras iniciativas – e sua associação aos governos liberais de aliança empresarial. É fundamental que empreendam-se

---

<sup>15</sup> Recente condenação da empresa no Brasil veio a reforçar os dados debatidos nesses últimos períodos. A segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho no Distrito Federal e em Tocantins condenou a corporação – em outubro passado – ao pagamento de mais de vinte e dois milhões de reais por danos morais coletivos devido à prática de discriminação e assédio moral contra funcionários, ex-empregados e promotores de vendas. Pesaram as denúncias por discriminação, questões de jornada, terceirizações e outras.

pesquisas que possam aprofundar essas mediações e esclarecer os conflitos de interesses e projetos históricos postulados nas distintas concepções educacionais apresentadas ideologicamente como baluartes do desenvolvimentismo social.

Assim, pensamos poder apresentar a partir da argumentação trazida por este texto uma tendência a uma guinada pragmática – quer dizer, externa aos documentos oficiais – das políticas educacionais de formação profissional no Estado, que passa paulatinamente a inserir parcerias privadas e com o sistema de institutos ligados aos ramos da indústria e comércio ou às grandes corporações no intuito de estabelecer um novo caminho da formação da força de trabalho no estado, mais ajustado aos interesses imediatos da exploração capitalista.

## BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BASSO, Pietro. O walmartismo no trabalho no início do século XXI. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo, Boitempo, n. 18, jun. 2012. p. 25-30.

CHESNAIS, François. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DUARTE, Newton. Luta de classes, educação e revolução. In: SAVIANI, Dermeval & DUARTE, Newton (orgs.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012.

FRIGOTO, Gaudêncio. Ensino Médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Março de 2013. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1384>.

KUENZER, Acácia. *Ensino Médio e Profissional: as políticas do estado neoliberal*. São Paulo, Cortez, 1998.

LIMA FILHO, Domingos Leite. *Dimensões e limites da globalização*. Petrópolis. Vozes, 2004.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho – entre a emancipação e a precarização*. Campinas: Autores Associados, 2004.

PARANÁ. *Diretrizes da educação profissional: fundamentos políticos e pedagógicos*. Secretaria de Estado da Educação. Paraná, 2006.

PEREIRA NETTO, Nilo Silva Pereira. *Mundialização do capital: a divisão sócio-sexual do trabalho das operadoras de checkout* (Dissertação de Mestrado, Curitiba, Programa de Pós-Graduação da UTFPR, 2010).

TUMOLO, Paulo Sérgio. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. *Educação e Sociedade*, Campinas - SP, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003.